



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função do serviço de engenharia em questão, previstas no Termo de Referência e que aqui relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação: A contratação dos serviços objetos da presente licitação justifica-se pelas razões de interesse público, tendo em vista que as chuvas irregulares na região nordeste, dificulta a vida do Homem do campo em realizar uma atividade produtiva com a geração de emprego e renda. Quer seja para sobrevivência ou para geração de renda monetária ao Homem do campo, a falta de água torna-se um impeditivo ao desenvolvimento rural. Por isso, o Governo Federal tem, anualmente, promovido a perfuração de poços para minimizar essa situação.

Há várias décadas o Governo Federal vem desenvolvendo nessa região políticas, projetos e ações focadas na mitigação das secas e no desenvolvimento das populações afetadas. O pleito para perfuração, montagem e instalação de poços tubulares trata de uma dessas frentes de trabalho objetivando a minoração dos efeitos da estiagem.

Considerando que a Codevasf, ao longo de sua história, vem atuando na região do sertão pernambucano, marcadamente através da realização de ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social das comunidades carentes do Estado, como meio de minorar, ou mesmo, de sanar os efeitos da estiagem que atualmente domina a Região Sertaneja, a promoção deste pleito torna-se necessária e viável, diante do exposto.

Regime de execução - Empreitada por Preços Unitários: Preço certo de unidades determinadas, sendo que o pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com Sistema de Registro de Preços (SRP), com validade de 1 (um) ano.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de até um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Desapropriação: Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento: Menor preço por ITEM, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, perfazendo montante de 5% sobre o valor global contratado.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento estão previstas no Termo de Referência. As condições de qualificação técnica exigidas para a habilitação deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período de execução do contrato. Faz-se necessário que seja comprovada a experiência pela vencedora, em consonância com o art. 30, inciso II da Lei nº 8.666/1993 e o art. 58 inciso II da Lei 13.303/2016, razão pela qual consideramos adequados e pertinentes ao objeto licitado o percentual estipulado mínimo de aproximadamente 35% dos itens mais relevantes, dentro dos limites recomendados também pela jurisprudência do TCU.

Orçamento Público/Aberto: A definição pelo orçamento público tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. O preço unitário obtido de acordo com os sistemas de referência oficiais é perfeitamente reproduzível, sendo a sua publicação mera formalização de informação já de domínio público, não frustrando a competitividade a sua publicação.

Da não admissão de subcontratação: Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consórcio não é justificada.

Da não admissão da participação de Cooperativa: É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Cota Reservada a ME/EPP: Não será reservada cota para ME/EPP, devido ao aumento do valor da contratação por perda da economia de escala nos custos, devido ao quantitativo necessário, deixando de ser vantajoso para a administração pública, considerando ainda, eventuais dificuldades em fornecimentos de quantidades maiores de uma só vez, atendendo ao Artigo 49, inciso III da Lei Complementar 123/2006, que diz que "Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (...) III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado". Considera-se ainda um aumento do custo administrativo e de gestão e execução de contratos de empresas diferentes, onde a contratação de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço possibilita aumento de riscos.

Assim, não será aplicada a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no artigo 48, da Lei Complementar 123/2006, considerando-se a exceção elencada no inciso III, do art. 49.

Do serviço comum: O objeto desta licitação, "Contratação de empresa para perfuração, montagem e instalação de poços tubulares com energia solar em rochas sedimentares, a serem executados em diversos municípios na área de atuação da 3ª Superintendência Regional", **é qualificado como serviço de engenharia comum, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

definido, conforme especificações usuais de mercado, somado à frequente contratação, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP): Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, e da necessidade de conclusão célere do procedimento, haja vista o final iminente do exercício ser a data limite para indicação de recursos orçamentários, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Do licenciamento ambiental:

O Termo de Referência e Edital se adequam à legislação que rege a matéria no Estado de Pernambuco. Isso posto, em conformidade a Lei nº 14.249, alterada pela Lei nº 14.549, de 21 de dezembro de 2011, no Capítulo III – Do Licenciamento Ambiental, Seção I – Do Empreendimento e Atividades Passíveis de Licenciamento, Anexo I – Enquadramento para Licenciamento – Tabela 11 – Utilização de Recursos Hídricos – 11.3 – Exploração de Águas Subterrâneas, observa-se que não estão isentos do pagamento da taxa de licenciamento os poços em questão, enquadrados como tipo “C”, apenas de taxa de outorga. Os serviços descritos nas planilhas orçamentárias apresentam taxas para pagamento, e requerem a organização e juntada de fichas e formulários para protocolização e obtenção de licença ambiental e de outorga desses poços nos órgãos competentes (CPRH e APAC).

Responsável pelas informações:

Victor Miguel Oliveira Martin

Chefe - 3ª GRD/UEP
CODEVASF-3ª SR